NATURA &CO PAY
SOCIEDADE DE CRÉDITO DIRETO S.A.

CNPJ: 48.805.820/0001-87

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
1º SEMESTRE 2026

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas. as demonstrações financeiras da Natura &Co Pay Sociedade de Crédito Direto S.A. ("Companhia"), relativas ao semestre findo em 30 de junho de 2026.

A Natura &Co Pay Sociedade de Crédito Direto S.A. é uma instituição financeira autorizada a operar pelo Banco Central do Brasil ("BCB"), cuja finalidade é realizar operações de empréstimo, financiamento e aquisição ou cessão de direitos creditórios exclusivamente por meio de plataforma eletrônica, utilizando recursos financeiros oriundos, predominantemente, de capital próprio. A Companhia também está habilitada a prestar serviços de análise de crédito e cobrança, bem como a emitir instrumentos de pagamento pré e pós-pagos, conforme a regulamentação vigente.

Nosso propósito é oferecer crédito de forma mais assertiva, acessível e personalizada, atendendo às necessidades específicas de consultoras e franqueados, com o objetivo de alavancar seus negócios e ampliar sua renda. Essa iniciativa integra a estratégia do Grupo Natura de transferir, de forma gradual e segura, a carteira de crédito mercantil para a instituição financeira, fortalecendo a governança, a eficiência operacional e o crescimento sobre essas operações.

Os produtos oferecidos pela Companhia têm gerado impactos positivos no ecossistema Natura, nossas soluções não apenas facilitam o fluxo de caixa de consultoras e franqueados, mas também elevam o ticket médio e aprimoram a qualidade do crédito.

A Administração
São Paulo, 12 de agosto de 2026

BALANÇO PATRIMONIAL EM 30 DE JUNHO DE 2026 E 31 DE DEZEMBRO DE 2025 (Em milhares de reais)

	Nota	30/06/2026	31/12/2025
Ativos totais		**1.080.725**	**1.166.755**
Caixa e equivalentes de caixa		**188**	**1.755**
Disponibilidades	4	188	1.755
Ativos financeiros		**955.785**	**963.646**
Ao valor justo por meio do resultado		**215.745**	**216.855**
Títulos e valores mobiliários	6	215.745	216.855
Ao custo amortizado		**740.040**	**746.791**
Operações de crédito	7	530.017	441.694
(–) Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	7	(131.552)	(83.886)
Valores a receber transações de pagamento	8	348.192	396.524
(–) Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	7	(6.617)	(7.541)
Ativos fiscais		**15.892**	**11.340**
Correntes	11	316	1.180
Diferidos	11	15.576	10.160
Outros ativos		**34.481**	**18.083**
Valores a receber *intercompany*	8	27.062	13.868
Outros valores a receber transações de pagamento	9	6.560	3.588
Outros créditos	10	670	627
Despesas antecipadas	12	189	–
Ativos intangíveis		**72.374**	**66.099**
Intangível	13	100.379	83.170
Amortização acumulada	13	(28.005)	(17.071)
Total do ativo		**1.078.720**	**1.060.923**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

	Nota	30/06/2026	31/12/2025
Passivo		**439.208**	**450.110**
Passivos financeiros		**439.208**	**450.110**
Ao custo amortizado		**439.208**	**450.110**
Valores a pagar a bandeira	17	311.749	344.264
Obrigações por repasses	18	108.484	91.386
Fornecedores	22	12.611	9.136
Outros passivos financeiros	16	6.364	5.324
Obrigações fiscais		**12.985**	**5.747**
Obrigações tributárias	15	11.370	3.806
Obrigações previdenciárias	15	1.615	1.941
Obrigações sociais e estatutárias		**3.251**	**7.813**
Dividendos	20	–	6.946
Participações nos lucros	20	3.251	867
Provisões		**19**	**38**
Provisão para riscos cíveis	19	19	38
Patrimônio líquido		**623.257**	**597.215**
Capital social	21a	557.301	557.301
Reservas de capital	21d	3.250	2.584
Reservas de lucros	21c	62.706	37.330
Total do passivo e patrimônio líquido		**1.078.720**	**1.060.923**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2026 E 30 DE JUNHO DE 2025 (Em milhares de reais)

			30/06/2026				
			Reservas de Lucros				
	Capital social integrado	Capital social a integralizar	Reserva legal	Reserva de distribuição dividendos	Outras reservas de lucros	Reserva de capital	Lucros acumulados	Total
Saldo em 01 de janeiro de 2026	**557.301**	**–**	**2.599**	**5.401**	**29.330**	**2.584**	**–**	**597.215**
Pagamentos baseados em ações	–	–	–	–	–	666	–	666
Dividendos não distribuídos	–	–	–	6.946	–	–	–	6.946
Lucro líquido do período	–	–	–	–	–	–	18.430	18.430
Saldo em 30 de junho de 2026	**557.301**	**–**	**2.599**	**12.347**	**29.330**	**3.250**	**18.430**	**623.257**

			30/06/2025				
			Reservas de Lucros				
	Capital social integrado	Capital social a integralizar	Reserva legal	Reserva de distribuição dividendos	Outras reservas de lucros	Reserva de capital	Lucros acumulados	Total
Saldo em 01 de janeiro de 2025	**307.301**	**250.000**	**1.137**	**5.401**	**16.204**	**–**	**(7.714)**	**572.329**
Capital Social	250.000	(250.000)	–	–	–	–	–	–
Pagamentos baseados em ações	–	–	–	–	1.982	–	–	1.982
Lucro líquido do período	–	–	–	–	–	–	15.643	15.643
Saldo em 30 de junho de 2025	**557.301**	**–**	**1.137**	**5.401**	**16.204**	**1.982**	**7.929**	**589.954**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2026 E 30 DE JUNHO DE 2025 (Em milhares de reais)

1 CONTEXTO OPERACIONAL

A Natura &Co Pay Sociedade de Crédito Direto S.A. ("Companhia") é uma instituição financeira constituída em 14 de dezembro de 2021 e autorizada a operar pelo Banco Central do Brasil ("BCB") em 31 de outubro de 2022. A Companhia está sediada na cidade de São Paulo, na Avenida Alexandre Colares, nº 1.188, Parque Anhanguera. É controlada pela Natura Cosméticos S.A. ("Natura Cosméticos"), uma empresa nacional que detém 99,9% das ações da Companhia. Companhia atua como um pilar estratégico de serviços financeiros do ecossistema do Grupo Natura. Seu propósito é potencializar a produtividade e a inclusão financeira de consultoras, representantes e franqueados, por meio de uma plataforma digital que utiliza exclusivamente capital próprio para a concessão de crédito. Suas atividades compreendem na realização de operações de empréstimos e financiamentos; aquisição de direitos creditórios; emissão de instrumentos de pagamento (cartões pré e pós-pagos); prestação de serviços de análise de crédito e cobrança para terceiros. Desde o início de suas atividades, a Companhia tem expandido sua oferta de produtos para atender às diferentes necessidades do ecossistema. O PagEmanaPay (CDC) marcou o início da operação como o produto pioneiro de Crédito Direto ao Consumidor, destinado a financiar compras parceladas das consultoras e representantes exclusivamente junto às empresas do Grupo Natura. Em 2024 a modalidade do Risco Sacado foi implementada na Companhia, focado na antecipação de recebíveis para fornecedores e parceiros estratégicos do Grupo, otimizando o fluxo de caixa da cadeia produtiva. No primeiro semestre de 2025 a Companhia expandiu o produto Cartão de Crédito para o segmento de pessoas jurídicas (Pagmenos), também visando o fortalecimento do canal de varejo físico. As operações são conduzidas de forma integrada ao Grupo Natura, buscando não apenas a rentabilidade própria, mas a geração de valor compartilhado, fortalecendo a fidelização e a fidelização da base de vendas e o acesso ao crédito. Essa estratégia permite por meio de soluções financeiras inovadoras e personalizadas, impulsionando o sucesso do Grupo como um todo.

2 APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras da Natura &Co Pay Sociedade de Crédito Direto S.A. ("Companhia") foram elaboradas em conformidade com as diretrizes contábeis emanadas da Lei das Sociedades por Ações (Lei nº 6.404/76 e alterações posteriores), observando as normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN) e do Banco Central do Brasil (BCB). A partir de 1º de janeiro de 2025, a Companhia adotou integralmente as disposições da Resolução CMN nº 4.966/2021, que estabelece os novos critérios de classificação, mensuração e reconhecimento de instrumentos financeiros, bem como a metodologia de perdas esperadas associadas ao risco de crédito. Dessa forma, a apresentação destas demonstrações segue o padrão do Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF), incorporando os pronunciamentos técnicos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) que foram recepcionados pelo BCB, com destaque para o CPC 48 (Instrumentos Financeiros), no que tange aos aspectos de classificação e mensuração, e o CPC 40 (Instrumentos Financeiros: Evidenciação), no que se refere às informações requeridas pelo referido pronunciamento. Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem às utilizadas pela Companhia na sua gestão.

3 DESCRIÇÃO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

Os principais critérios adotados para a elaboração das demonstrações financeiras são os seguintes: a. Caixa e equivalentes de caixa: Caixa e equivalentes de caixa, conforme definição do CMN nº 4.818/20, incluem dinheiro em caixa e aplicações interfinanceiras de liquidez, que são investimentos de curto prazo e alta liquidez, com risco insignificante de mudança de valor, e com prazo de vencimento, na data de aquisição, igual ou inferior a 90 dias. b. Instrumentos financeiros: A classificação e mensuração dos instrumentos financeiros são definidas com base no modelo de negócios adotado pela Companhia e nas características dos contratos, em conformidade com a Resolução CMN nº 4.966/21 e demais normativos aplicáveis. (i) Reconhecimento inicial: Ativos e passivos financeiros, exceto operações de crédito e depósitos de clientes, são reconhecidos na data em que a companhia se torna parte das disposições contratuais. Operações de crédito são reconhecidas na data da transferência de recursos ao cliente. (ii) Mensuração inicial: Os instrumentos financeiros são mensurados pelo valor justo acrescido ou líquido, acrescido dos custos diretamente atribuíveis à transação, exceto para instrumentos financeiros classificados ao valor justo por meio do resultado. (iii) Modelos de negócios: A Companhia divulga os modelos de negócios definidos para classificar os ativos financeiros, bem como os efeitos desses instrumentos na posição patrimonial, financeira e ao desempenho da Companhia. Classificação por modelo de negócio: A classificação dos ativos financeiros é realizada com base na forma como são geridos e nos fluxos contratuais esperados, conforme os seguintes modelos de negócios: • Custo amortizado: ativos mantidos com o objetivo de auferir fluxos de caixa contratuais, compostos exclusivamente por pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal. • Valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA): ativos gerados para obtenção de retorno tanto pelo recebimento dos fluxos contratuais quanto por sua venda com transferência substancial de riscos e benefícios. • Valor justo por meio do resultado (VJR): ativos financeiros que não se enquadram nas categorias anteriores, incluindo aqueles adquiridos com finalidade de negociação ou cujos fluxos contratuais não se limitem a pagamento de principal e juros. A Companhia não adota a opção de valor justo por resultado (*fair value option*), conforme o art. 7º da Resolução BCB nº 352/2023. Detalhamento por classe de ativos: **1. Financiamentos – PF:** São operações de crédito direcionadas a consultoras e representantes de vendas da companhia Natura &Co Pay Beleza, com recursos destinados à aquisição de produtos Natura. A carteira pode ser cedida a Natura Pay Fundo de Investimentos em Direitos Creditórios Crédito Pessoal - FIDC, porém sem retenção substancial dos riscos e benefícios pela Companhia. **2. Cartões de crédito – PJ:** Produtos de pagamento pós-pago com limite de crédito exclusivo para compras dentro do ecossistema Natura. A concessão de crédito se caracteriza apenas quando há atraso no pagamento - operação caracterizada como rotativa - momento em que incidem juros remuneratórios. Esses instrumentos também são categoria custo amortizado, pois são mantidos com o objetivo de receber o fluxo contratual. **3. Risco sacado:** Operações em que a Companhia antecipa recursos aos fornecedores ("Cedentes") da Natura Cosméticos e Natura Indústria, adquirindo os respectivos direitos creditórios. O recebimento ocorre junto à Natura Cosméticos e Natura Indústria ("Sacados"). Como o ativo é mantido exclusivamente para auferir o fluxo de caixa contratual, é classificado como custo amortizado. c. Títulos e valores mobiliários: Representam ativos de alta liquidez adquiridos pela Tesouraria com finalidade de alocação de recursos e retorno por meio de negociação ativa no mercado. Para fins de classificação contábil, com propósito de venda, são classificados na categoria valor justo por meio do resultado (VJR). A definição dos modelos de negócios é realizada com base na forma como os ativos são geridos em conjunto, considerando a estratégia de negócios, o desempenho esperado, os riscos associados e os critérios de remuneração dos gestores. O processo envolve avaliação técnica multidisciplinar, com participação das áreas de Produtos, Tesouraria, Controladoria, Riscos e Compliance. Para mensuração a valor justo, a Companhia utiliza, a depender do ativo, a cotação de Preço de Principal e Juros), conforme exigido pela Resolução BCB nº 352/2023. A classificação dos ativos impacta diretamente o reconhecimento contábil, a mensuração de receitas financeiras e perdas por crédito esperado, o resultado do exercício e o patrimônio líquido da Companhia. O modelo adotado reflete a estratégia conservadora da Natura &Co Pay Sociedade de Crédito Direto S.A., com foco em geração de caixa recorrente por meio da manutenção dos ativos até o vencimento, alinhando-se ao perfil de instituição de crédito direto e aos seus objetivos de longo prazo. d. Mensuração do valor justo: Nível 1 (preços cotados em mercados ativos): Ativos ou passivos com preços cotados em mercados ativos são geridos em conjunto, considerando a estratégia de negócios, o desempenho esperado, os riscos associados e os critérios de remuneração dos gestores. O processo envolve avaliação técnica multidisciplinar, com participação das áreas de Produtos, Tesouraria, Controladoria, Riscos e Compliance. Para mensuração a valor justo, a Companhia utiliza, a depender do ativo, a cotação de Preço de Principal e Juros), conforme exigido pela Resolução BCB nº 352/2023. A classificação dos ativos impacta diretamente o reconhecimento contábil, a mensuração de receitas financeiras e perdas por crédito esperado, o resultado do exercício e o patrimônio líquido da Companhia. O modelo adotado reflete a estratégia conservadora da Natura &Co Pay Sociedade de Crédito Direto S.A., com foco em geração de caixa recorrente por meio da manutenção dos ativos até o vencimento, alinhando-se ao perfil de instituição de crédito direto e aos seus objetivos de longo prazo. e. Instrumentos financeiros derivativos: A Companhia não realiza operações com derivativos. f. Valores a pagar à bandeira: Os valores a pagar de transações de pagamento referem-se às quantias devidas pelas transações realizadas pelos portadores dos cartões emitidos pela Companhia. Estes valores incluem taxas de intercâmbio, comissões de adquirentes e outras taxas relacionadas. g. A receita de prestação de serviços de pagamento: A receita de prestação de serviços estão relacionadas as transações de pagamento da Companhia, as receitas de taxas de serviços cobradas dos portadores de cartões contribuem de maneira substancial para a receita operacional da Companhia. São contabilizadas por regime de competência sobre as transações efetuadas de compras e saques. h. Subsídios recebidos de partes relacionadas: A Companhia recebe da Natura Cosméticos S.A. subsídios vinculados à operações do produto PagEmanaPay, compostos por: (i) tarifa financeira, reflete o custo de *funding* aprovada proporcionalmente ao prazo das operações de crédito, cuja receita é reconhecida no resultado pro rata temporis, ao longo da vigência dos contratos subsidiados; e (ii) taxa operacional, dimensionado a partir dos custos de operacionalização das operações, apurada mediante percentual fixo, independentemente do prazo contratado e sem previsão contratual de devolução. i. Apuração do resultado: As receitas e despesas são contabilizadas de acordo com o regime de competência. No caso das rendas provenientes de operações de crédito que se encontrem em atraso há mais de 90 dias, independentemente do seu nível de risco, essas serão reconhecidas como receita somente quando forem efetivamente recebidas. j. Imposto de Renda e Contribuição Social: A provisão para imposto de renda da pessoa jurídica ("IRPJ") é constituída com base no lucro tributável pela alíquota de 15%, acrescida do adicional de 10%. A provisão para contribuição social sobre o lucro líquido ("CSLL") é de 9% sobre o lucro tributável. Em 26 de dezembro de 2025 foi publicada a Lei Complementar nº 224/2025, a referida Lei estabelece a majoração gradual das alíquotas da CSLL para o setor financeiro. Para as Sociedades de Crédito, Financiamento e Investimento, o percentual da alíquota sobe de 9% para 12% a partir de abril de 2026, e de 12% para 15% em 2028. Em função dessas alterações, os ativos e passivos fiscais diferidos foram mensurados com base nas alíquotas vigentes nos períodos estimados de sua realização ou liquidação. O reconhecimento desses créditos tributários fundamentou-se na probabilidade de geração de lucros tributáveis futuros, conforme estudo técnico de realização detalhado na Nota 11c. k. Estimativas contábeis: A elaboração das demonstrações financeiras da Companhia requer o uso de julgamentos, premissas e estimativas contábeis por parte da Administração, que afetam os saldos de ativos e passivos, receitas e despesas, bem como a divulgação de passivos contingentes, quando aplicável. As estimativas contábeis envolvem valores monetários sujeitos a incertezas quanto à sua mensuração, são revistas periodicamente com base em informações disponíveis e em premissas consideradas razoáveis nas circunstâncias. Os resultados reais em tais premissas podem impactar os resultados futuros. As principais estimativas adotadas pela Natura & Co Pay Sociedade de Crédito Direto S.A. estão relacionadas aos seguintes temas: Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito: calculada com base na metodologia simplificada, conforme Resolução BCB nº 352/2023, considerando a expectativa de perda de crédito ao longo da vida remanescente do crédito com base em informações históricas, atuais e projeções de cenário econômico. Os modelos adotados são ajustados periodicamente pela Administração: Mensuração ao Valor Justo de Ativos e Passivos Financeiros: a nossa mensuração ao valor justo de ativos e passivos financeiros é baseada em preços de mercado ou, na ausência destes, em modelos internos que consideram premissas de mercado, conforme as normas contábeis aplicáveis. Essas avaliações envolvem estimativas e julgamentos feitos pela Administração, considerando as condições de mercado, informações disponíveis e as melhores práticas do setor. O valor justo é definido como o preço que seria recebido para vender um ativo ou pago para transferir um passivo em uma transação ordenada entre participantes do mercado na data da avaliação. Como esses valores podem variar com as condições de mercado, as estimativas contábeis podem sofrer alterações ao longo do tempo, refletindo mudanças nas condições econômicas, taxas de juros, spreads de crédito, entre outros fatores. A Administração utiliza técnicas de avaliação reconhecidas, como métodos de mercado, de custo ou de fluxo de caixa descontado, para determinar o valor justo. Sempre que possível, são utilizados dados de mercado observáveis como referência. Quando não utilizados premissas internas e estimativas fundamentadas. Acreditamos que as estimativas realizadas proporcionam uma representação fiel do valor justo de nossos ativos e passivos financeiros na data das demonstrações financeiras. Entretanto, é importante destacar que essas estimativas podem variar ao longo do tempo, sendo revistas futuramente à medida que novas informações se tornem disponíveis. l. Ativos intangíveis: Os ativos intangíveis são bens incorpóreos, softwares desenvolvidos internamente, para a oferta de novos produtos e serviços financeiros. Os ativos intangíveis são mensurados ao custo após o reconhecimento inicial, deduzido de forma linear pelo prazo de sua vida útil estimada. Adicionalmente, os referidos ativos intangíveis são submetidos a análises de indicadores de perda pela redução ao valor recuperável. A Companhia realizou análise de indicadores de perda por redução ao valor recuperável para esses ativos intangíveis e não identificou indicativos de perda. m. Novas normas contábeis e regulatórias vigentes: A partir de 1º de janeiro de 2025, entrou em vigor um novo conjunto normativo aplicável às instituições financeiras, que altera substancialmente os critérios contábeis e regulatórios referentes à mensuração, classificação e reconhecimento de instrumentos financeiros, perdas de crédito esperadas, arrendamentos, sustentabilidade e impactos fiscais. A Companhia adotou integralmente as novas diretrizes a partir dessa data, sem efeitos iniciais reconhecidos em suas demonstrações financeiras. As principais normas são: • Resolução CMN nº 4.966/21: trata da classificação e mensuração de instrumentos financeiros com base no modelo de negócios e nas características contratuais dos fluxos de caixa. • Resolução BCB nº 352/23: regulamenta critérios para reconhecimento de perdas esperadas; classificação de operações em estágios; baixas de ativos, entre outros. • Resolução CMN nº 4.975/21 (CPC 06 - Arrendamentos): determina a aplicação do CPC 06 (R2) às instituições financeiras. A Companhia realizou a avaliação dos arrendamentos e considerando que o valor mensal médio e acumulado são imateriais a Administração concluiu que não há impactos relevantes que justifiquem os registros nas demonstrações financeiras da Companhia. • Resolução CMN nº 5.185/24: altera a Resolução CMN nº 4.818/2020, instituindo a obrigatoriedade de elaboração e divulgação do relatório de informações financeiras relacionadas à sustentabilidade (Pronunciamentos CBPS nº 01 e nº 02, convergentes com as IFRS S1 e S2), de forma escalonada: a partir de 2026 para companhias abertas e líderes de conglomerado prudencial S1/S2, e a partir de 2028 para as demais instituições. Enquadrada no Segmento S5 e sem divulgação de títulos e valores mobiliários no mercado, a Companhia não está sujeita a esta exigência. Não foram identificados impactos sobre as presentes demonstrações financeiras. • Resolução CMN nº 5.252/25: estabelece os critérios contábeis para reconhecimento, mensuração, baixa e evidenciação de Ativos Fiscais Diferidos (AFD) incidentes sobre instituições financeiras, com vigência a partir de 1º de janeiro de 2027. A Companhia avaliou a norma e concluiu que, na data-base destas demonstrações financeiras, não possui instrumentos financeiros vinculados a metas ou compromissos de sustentabilidade que se enquadrem no escopo da resolução, não havendo impactos relevantes a serem reconhecidos. • Lei nº 14.467/22: regula a dedutibilidade fiscal das perdas no recebimento de créditos, em vigor desde 1º de janeiro de 2025, alinhada à nova sistemática de reconhecimento de perdas esperadas (Resolução BCB nº 352/23). O estoque de perdas incorridas em 1º de janeiro de 2025, relativas a créditos baixados até 31 de dezembro de 2024 e ainda não dedutidas, está sendo excluído do lucro real e da base de cálculo da CSLL à razão de 1/84 (ou 1/120, se optante) ao mês, a partir de janeiro de 2026. • Lei Complementar nº 224/25: altera, dentre outras disposições, de 15% para 17,5% a alíquota do Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF) incidente sobre os Juros sobre Capital Próprio ("JCP") pagos ou creditados a titulares, sócios ou acionistas, com vigência a partir de 1º de janeiro de 2026. A Companhia não distribuiu juros sobre capital próprio, não havendo impacto decorrente dessa alteração legislativa. • Lei Complementar nº 214/25 (Reforma Tributária do Consumo): instituem a Contribuição sobre Bens e Serviços ("CBS") e o Imposto sobre Bens e Serviços ("IBS"), que substituirão gradualmente PIS, COFINS, ICMS e ISS, com início de 2026 concentrado a fase de testes, com emissão de documentos fiscais destacando os novos tributos sem recolhimento efetivo; a partir de 2027 tem início a vigência plena, com a CBS substituindo o PIS e a COFINS e a entrada em operação do Imposto Seletivo (IS) sobre produtos prejudiciais à saúde ou ao meio ambiente. As instituições financeiras terão papel central na segregação e no repasse dos tributos. A Companhia está avaliando os impactos operacionais, tecnológicos e tributários dessa transição sobre suas operações. A Companhia avaliou os impactos da adoção dos novos requisitos introduzidos pela Resolução BCB nº 352/2023 e demais atos correlatos, em vigor a partir de 1º de janeiro de 2025, e mantém o acompanhamento contínuo das normas listadas acima, ainda em fase de implementação ou com vigência prevista para os exercícios de 2026, 2027 e 2028. Os principais efeitos observados concentram-se na classificação e mensuração de instrumentos financeiros, provisão para perdas esperadas e critérios para identificação de ativos problemáticos ou reestruturados. A análise conduzida demonstrou que não houve necessidade de mudanças relevantes nos critérios de reconhecimento contábil adotados pela Companhia, sendo mantida a classificação majoritária dos ativos financeiros ao custo amortizado, conforme o modelo de negócio da Companhia. n. Resultado não recorrente: Conforme disposto na Resolução BCB nº 2/20, deve ser considerado como resultado não recorrente o resultado que não esteja relacionado ou esteja relacionado incidentalmente com as atividades típicas da Companhia e não espere-se que ocorram com frequência nos exercícios futuros. Para o semestre findo em 30 de junho de 2026 não houve resultado classificado como não recorrente.

4 CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Disponibilidades de caixa incluídos na demonstração dos fluxos de caixa compreendem:

	30/06/2026	31/12/2025
Disponibilidades Bradesco [a]	3	8
Disponibilidades JP Morgan [a]	10	–
Disponibilidades Itaú [a]	175	1.747
Total circulante	**188**	**1.755**

a. O Caixa e Equivalentes de Caixa estão constituídos por depósitos bancários disponíveis no Banco Itaú, Bradesco e JP Morgan. Os saldos são denominados em moeda nacional (R$), possuem liquidez imediata, auferem remuneração e não estão sujeitos a prazos de carência.

5 INSTRUMENTOS FINANCEIROS - VALOR JUSTO

Conforme previsto na Resolução CMN nº 4.966/2021, a Companhia divulga a mensuração do valor justo de seus instrumentos financeiros, independentemente da forma de reconhecimento contábil (custo amortizado ou valor justo). **a) Instrumentos financeiros mensurados ao valor justo no balanço patrimonial:** Estes instrumentos incluem, principalmente, títulos e valores mobiliários (TVMs) classificados na categoria de negociação ou designados ao valor justo por meio do resultado. O valor justo é determinado com base em preços de mercado observáveis (nível 1) ou, quando não disponíveis, por meio de técnicas de avaliação baseadas em dados observáveis (níveis 2 e 3). **b) Instrumentos financeiros mensurados ao custo amortizado, mas com divulgação de valor justo:** A seguir, são apresentados os principais instrumentos mensurados ao custo amortizado, cujo valor justo é divulgado em atendimento à regulamentação vigente: *Operações de crédito:* o valor justo é estimado com base nas taxas de juros vigentes para operações com características contratuais e riscos similares. *Outros passivos financeiros:* como contas a pagar, cujo valor justo não difere de forma relevante de seu valor contábil, devido ao curto prazo de vencimento ou à natureza das obrigações. Ainda que a Companhia mensure substancial parte de seus instrumentos financeiros ao custo amortizado, apresenta a seguir a estimativa de valor justo para fins de divulgação, com o objetivo de fornecer informações adicionais aos usuários das demonstrações financeiras:

	30/06/2026		31/12/2025	
	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Total de ativos ao custo amortizado	**439.208**	**418.831**	**450.110**	**427.119**
Operações de crédito	530.017	518.500	441.694	431.549
Valores a receber transações de pagamento	348.192	325.753	396.524	370.315

A evolução e o desempenho da Companhia desde a sua autorização de funcionamento concedida pelo Banco Central do Brasil, que viabilizou a oferta dirigida de produtos financeiros e de crédito às consultoras, reforça seu papel estratégico no fortalecimento das relações comerciais e no impulsionamento das operações do Grupo Natura.

Reiteramos nosso compromisso com a excelência operacional e o desenvolvimento sustentável, mantendo o foco em soluções financeiras que gerem valor real para as consultoras de beleza do nosso ecossistema.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS
SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2026 E 30 DE JUNHO DE 2025
(Em milhares de reais)

	Nota	01/01 a 30/06/2026	01/01 a 30/06/2025
Receita da intermediação financeira		**251.404**	**132.867**
Operações de crédito	22	221.263	94.797
Prestação de serviços de pagamentos	23	12.847	10.473
Resultado de operações de títulos e valores mobiliários	24	17.294	27.597
Despesas da intermediação financeira e provisão para perdas		**(148.030)**	**(58.129)**
Despesas financeiras		(3.364)	(1.739)
Desdobramento sobre cessão de crédito	25	(75.614)	(32.723)
Provisão para perdas esperadas	7	(69.052)	(23.667)
Resultado bruto da intermediação financeira		**103.374**	**74.738**
Outras receitas (despesas) operacionais		**(70.138)**	**(51.055)**
Outras receitas operacionais		1.493	695
Despesas com pessoal	26	(19.363)	(12.754)
Despesas administrativas	27	(23.440)	(23.803)
Despesas tributárias	28	(14.435)	(6.832)
Amortizações	13	(10.934)	(5.634)
Provisão para riscos cíveis	19	19	(6)
Outras despesas operacionais		(3.478)	(2.722)
Resultado operacional		**33.236**	**23.683**
Resultado antes da tributação sobre o lucro e participações		**33.236**	**23.683**
Participações nos lucros		**(3.251)**	**–**
Imposto de renda e contribuição social		**(11.555)**	**(8.040)**
Corrente	29	(16.970)	(11.405)
Diferidos	29	5.415	3.365
Lucro líquido do período	21b	**18.430**	**15.643**
Lucro por ação R$		**0,033**	**0,028**
Quantidade de ações		**557.300.728**	**557.300.728**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES
SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2026 E 30 DE JUNHO DE 2025
(Em milhares de reais)

	Nota	01/01 a 30/06/2026	01/01 a 30/06/2025
Lucro Líquido do período	21b	**18.430**	**15.643**
Resultado abrangente do período		**18.430**	**15.643**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA
SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2026 E 30 DE JUNHO DE 2025
(Em milhares de reais)

	01/01 a 30/06/2026	01/01 a 30/06/2025
Lucro do período	**18.430**	**15.643**
Ajustes ao resultado do período:	**171.053**	**71.962**
Amortização	10.934	5.634
Perdas esperadas associadas ao risco de crédito	69.052	23.667
Resultado em provisão para gratificações	–	1.299
Resultado em pagamentos baseado em ações	666	593
Resultado em participações	3.251	–
Resultado em deságio sobre cessões de crédito	75.614	32.723
Resultado em provisões para riscos cíveis	(19)	6
Imposto de renda e contribuição social	11.555	8.040
(Aumento)/redução nos ativos operacionais	**(170.772)**	**(125.738)**
Títulos e valores mobiliários ao valor justo por meio do resultado	(17.294)	(27.597)
Operações de crédito	(186.248)	(2.752)
Valores a receber transações de pagamento	48.332	(90.727)
Ativos fiscais correntes	865	142
Outros ativos	(16.427)	(4.804)
Aumento/(redução) nos passivos operacionais	**(25.210)**	**(60.250)**
Valores a pagar a bandeira	(32.515)	61.905
Obrigações por repasses	17.098	(121.328)
Fornecedores	3.475	2.339
Outros passivos financeiros	1.253	1.081
Obrigações fiscais	(1.370)	1.870
Imposto de renda e contribuição social pagos	(11.312)	(12.117)
(=) Caixa líquido proveniente (utilizado) nas atividades operacionais	**(6.499)**	**(98.383)**
Aquisição de intangível	(13.472)	(18.504)
Resgates (aplicações) em títulos e valores mobiliários	18.404	100.484
(=) Caixa líquido proveniente (utilizado) nas atividades de investimento	**4.932**	**81.980**
(-) Caixa líquido utilizado das atividades de financiamento		
Aumento/ (redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa	**(1.567)**	**(16.403)**
Caixa e equivalentes de caixa		
No início do período	1.755	16.623
No fim do período	188	220
Movimentação líquida de caixa e equivalentes de caixa	**(1.567)**	**(16.403)**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2026 E 30 DE JUNHO DE 2025 (Em milhares de reais)

d. Concentração dos maiores devedores:

	30/06/2026		31/12/2025	
Classificação	**Saldo**	**% da carteira**	**Saldo**	**% da carteira**
10 maiores	15.375	1,73%	17.217	2,05%
20 maiores	9.401	1,06%	16.856	2,01%
50 maiores	18.935	2,13%	6.403	0,76%
100 maiores	20.741	2,34%	14.078	1,68%
Demais devedores	813.757	92,74%	783.664	93,50%
Total	**878.209**	**100%**	**838.218**	**100%**

e. Composição da carteira por classificação de risco, Metodologia Simplificada:

	30/06/2026		31/12/2025	
Classificação	**Saldo**	**Provisão**	**Saldo**	**Provisão**
Ativo problemático	169.284	(114.376)	111.478	(72.447)
Ativo não problemático	708.925	(23.793)	726.740	(18.980)
Total	**878.209**	**(138.169)**	**838.218**	**(91.427)**

f. Movimentação da Provisão para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito:

	Saldo inicial 01/01/2026	(Constituição)/Reversão	*Write-off*	Saldo final	30/06/2026
Cartão de crédito	(49.576)	(28.098)	15.068		(62.606)
Financiamentos	(41.851)	(40.954)	7.242		(75.563)
Direitos Creditórios					
Total	**(91.427)**	**(69.052)**	**22.310**		**(138.169)**

	Saldo inicial 01/01/2025	(Constituição)/Reversão	*Write-off*	Saldo final	30/06/2025
Cartão de crédito	(16.009)	(8.754)	–		(24.763)
Financiamentos	(7.614)	(15.057)	51		(22.620)
Direitos Creditórios	(144)	144	–		–
Total	**(23.767)**	**(23.667)**	**51**		**(47.383)**

8 VALORES A RECEBER *INTERCOMPANY*

| | 30/06/2026 | 31/12/